



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



**Eixo Temático: Educação e Formação de Professores**  
**O ENSINO MÉDIO EM DEBATE: UM ESTUDO A PARTIR DE**  
**DOCUMENTOS E PESQUISAS**

Raiani Felipe<sup>1</sup>  
Isabel Koltermann Battisti<sup>2</sup>

## RESUMO

O Ensino Médio, como etapa da Educação Básica, é organizado considerando a formação geral básica e os itinerários formativos. O estudo apresentado tem uma abordagem qualitativa, é de cunho bibliográfico, de análise documental. Na busca de encontrar compreensões de pesquisadores acerca dos documentos que orientam e normatizam o EM, como também notícias atualizadas sobre o tema. Então, há profissionais que veem como uma ferramenta a serviço de preparar a juventude brasileira para o mercado de trabalho. Entretanto, há que defendem que os estudantes devem ter acesso a uma educação ampla. Entendo que, para constituir-se como sujeito é preciso considerar vivências nos diferentes âmbitos, necessários para o processo de formação e construção do sujeito. Logo, a estrutura atual do EM precisa ser repensada, que atenda a todos e que sejam ofertadas as mesmas oportunidades de maneira equitativa, para que o estudante consiga, intervir na sociedade visando o bem comum.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Ensino Médio. Discussão Teórica.

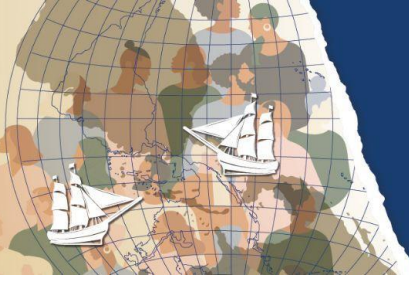
## INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Básica é formada por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, garantindo uma jornada escolar obrigatória, dos 4 aos 17 anos de idade. Nesse contexto, de acordo com o Art. 205 da Constituição Federal e do art. 2º da Lei nº 9.394/1996- LDB,

O ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2018, p.1-2).

<sup>1</sup> Mestranda do Programa Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI, integrante do GEEM. E-mail: [raiani.felippe@sou.unijui.edu.br](mailto:raiani.felippe@sou.unijui.edu.br)

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup> em Educação nas Ciências. Docente da UNIJUI, PPGEC e Curso de Licenciatura em Matemática. Orientadora da Pesquisa. Vice-Líder do GEEM - Grupo de Estudos em Educação Matemática. E-mail: [isabel.battisti@unijui.edu.br](mailto:isabel.battisti@unijui.edu.br)



**XXIII ENACED**  
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
**III SIEPEC**  
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E  
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS  
**V ENTECI**  
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,  
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



Em vista disso, o Ensino Médio no Brasil é normatizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN (Brasil, 2023), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio- DCNEM (Brasil, 2018), e pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC (Brasil, 2018), as quais, de acordo com os próprios documentos, visam garantir a qualidade do ensino e da educação. O que exige um currículo e práticas pedagógicas que condizem com as finalidades almejadas, bem como, condições adequadas para que estes se concretizem no contexto escolar. O Ensino Médio, de acordo com Corrêa; Garcia (2018, p. 606), é “[...] a etapa mais problemática da escolarização, a que tem mostrado maiores dificuldades em cumprir suas atribuições (Brandão, 2011), (Zotti, 2009) e garantir o direito à educação básica par todos os brasileiros, como previsto na Constituição Federal”.

Corrêa; Garcia (2018) também destacam o fato de que grandes esforços foram e estão sendo realizados para que o progresso na expansão do ensino se concretize e, nesse sentido, citam como exemplo “[...] a propagação de programas educacionais divididos entre a oferta da educação em tempo integral, o acesso do jovem ao curso profissionalizante, o investimento na formação inicial e continuada de professores, entre outros” (p. 607).

Com isso, a escolha do tema para este estudo, o qual integra uma pesquisa maior em nível de mestrado, se dá considerando a importância dessa etapa para a formação do jovem brasileiro e conseqüentemente para o desenvolvimento da sociedade bem como as discussões e as mudanças na estrutura do currículo que acontecem tendo o Ensino Médio (EM) como foco.

Diante disso, uma série de questões emergem, dentre estas tomam especial destaque: Afinal, quais as características do EM como uma etapa da Educação Básica proposto pelos documentos oficiais? Quais as principais críticas diante do EM e quais os desafios e tensões relacionados ao EM? E como professora e pesquisadora da Educação Matemática, como a Matemática é considerada no contexto do EM?

Diante destas questões, no presente estudo define-se um recorte o qual tem como objetivo: compreender o EM a partir de documentos que orientam, normatizam e



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



estruturam o currículo desta etapa da Educação Básica, bem como a partir de estudos e pesquisas que tratam do EM.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo apresentado tem uma abordagem qualitativa, é de cunho bibliográfico, de análise documental, mas também considera discussões sobre o Ensino Médio, as quais como mestranda tenho participado. Para o desenvolvimento da escrita, considerou-se proposições apresentadas pelos documentos normativos do Ensino Médio, como a BNCC (2018), LDBEN (2023), e DCNEM (2018).

Além dos documentos oficiais que normatizam o EM, foi realizada uma pesquisa utilizando o Google Acadêmico, na busca de encontrar compreensões de pesquisadores acerca dos documentos que orientam e normatizam o EM, como também em notícias atualizadas sobre o tema. Foram, assim, acessados artigos e publicações que tratam o tema aqui posto em discussão. Na seleção dos artigos considerou-se como critério que tratassem dos documentos normativos do EM, principalmente da BNCC (Brasil, 2018). Logo, considerou-se autores de artigos e notícias que discutem sobre as mudanças propostas para o Ensino Médio, em que foram apresentadas por Coimbra (2022 e 2023); Corrêa; Garcia (2018); Fagundes; Siqueira; Silva (2023); Jakimiu (2023); Garcia e Silva; Krawczyk; Calçada (2023).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A BNCC (2018), é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver no decorrer da trajetória escolar da Educação Básica. Além disso, “[...] está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018, p. 7). Pois, para mais que garantir o acesso e a permanência dos jovens na escola, é necessário comprometer-se com um patamar comum de aprendizagens para todos.

Este documento é organizado de forma a considerar competências e habilidades. A competência é definida pela BNCC (2018, p.8), “como a mobilização de



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

O conjunto de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, visam o objetivo de proporcionar uma formação integral ao sujeito, esta entendida pela BNCC (2018) como uma construção intencional de

[...] processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (Brasil, 2018, p. 14).

Assim, o referido documento considera o acolhimento das diversidades, o protagonismo estudantil e o projeto de vida do estudante. E com isso, formar sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis para que se desenvolvam e consigam fazer uma leitura da realidade, enfrentar desafios e tomar decisões, além de agir sobre isso de maneira ética e fundamentada. (Brasil, 2018).

Portanto, a proposta realizada pela BNCC, visa a organização curricular do Ensino Médio e considera competências gerais para esta etapa, que está estruturada a partir da formação geral básica (1800 horas) e de itinerários formativos (1200 horas), os quais devem ser desenvolvidos, indissociavelmente.

Na formação geral básica (FGB), as competências e habilidades devem ser articuladas e fomentadas considerando, contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento. Essa organização por áreas de conhecimento visa fortalecer as relações entre os saberes, e assim desenvolver de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, o que exige planejamento e execução coletiva por parte dos professores. (BRASIL, 2018). Além disso, a formação geral básica, pode ser ofertada em parte dos anos Ensino Médio ou em todos os anos, ficando a organização do ensino a critério das escolas, exceto língua portuguesa e matemática, que obrigatoriamente devem ser incluídos nos três anos de ensino.

Na perspectiva de tornar o currículo atraente e flexível para os estudantes do Ensino Médio, a BNCC normatiza que,





**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



[...] a oferta de diferentes itinerários formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho. Para tanto, os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil [...] (Brasil, 2018, p. 477 - 478).

Os itinerários formativos, nessa perspectiva, são aspectos estratégicos que visam a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, já que possibilitam opções de escolha aos estudantes, os quais estão ligadas a interesses pessoais, profissionais e acadêmicos. Estes podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados, nos termos das DCNEM/2018, as quais consideram as áreas seguintes: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional (Brasil, 2018).

Entretanto, há muitas discussões acerca da implementação dessa estrutura e organização do Ensino Médio. Como defensores da atual estrutura do EM, “[...] os pesquisadores conservadores vinculados à classe dominante veem essa etapa final da Educação Básica como uma ferramenta a serviço de preparar a juventude brasileira, para atender de modo massivo as demandas capitalistas [...]” (Fagundes; Siqueira; Silva, 2023, p. 6).

Já, de acordo com Jakimiu (2023, p. 12), o EM, “foi implementado sem um amplo debate pelas comunidades escolares. Em alguns estados, foram realizadas algumas lives e encontros via *Google Meet*, o que por óbvio excluiu muitos profissionais da educação, estudantes e familiares.” Isso interfere na forma como é constituído e feito a curricularização, atualmente, de acordo com o autor supracitado, os interesses por trás da educação são outros e não necessariamente formar um sujeito livre.

Muitos profissionais criticam essa estruturação, pois aliados à classe trabalhadora defendem que os estudantes devem ter acesso a uma educação ampla e não voltada para o mercado de trabalho. Além de considerar que as oportunidades não são iguais para todos os estudantes, constatando mais um grande desafio para a educação.



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



Importante ressaltar que outro fator decisivo e desafiador na qualidade da educação, são as infraestruturas das escolas públicas. Com o aumento da carga horária e a permanência dos estudantes em maior tempo na escola, uma das tensões é o investimento para atender a essa demanda. De acordo com Corrêa; Garcia (2018)

[...] a grande preocupação está na falta de segurança sobre os investimentos para a ampliação deste tempo, já que, está previsto, somente, um investimento inicial (para as escolas públicas está previsto um investimento, por parte do governo federal, de R\$ 1,5 bilhão, correspondendo a R\$ 2 mil por aluno/ano, até o ano de 2018 (p. 612).

Diante disso, ainda de acordo com Corrêa; Garcia (2018), a ampliação do tempo na escola sem a garantia de investimentos e infraestrutura para isso, resulta em uma oferta de ensino precária. Com o ensino precário, uma das consequências é a evasão ou abandono escolar por parte do estudante.

Já de acordo com Coimbra (2022, s/p), para Micaely Broglio, professora de Literatura do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, para o EM, “[...]é preciso a elaboração de materiais didáticos "mais completos e instigantes", formações e até minicursos para que os professores se sintam seguros com a nova forma de ensino, para transferirem, assim, essa segurança para os estudantes”.

Ou seja, há muitos desafios que a comunidades escolar está enfrentando, estes já apontados por autores, que não defendem a organização e a forma de oferta dessa etapa que é formadora de jovens brasileiros. Como mencionado, são problemas relacionados a infraestrutura das escolas, materiais didáticos, formação continuada, carga horária e oferta dos itinerários formativos e professores capacitados para isso.

De acordo com GZH (2023), em pesquisa da Unesco<sup>3</sup>, foram ouvidos 1200 estudantes, 800 docentes e 400 gestores. Isso representa uma amostra que de um total de, 18 mil escolas, 481 mil docentes e 2,1 milhões de estudantes, com nível de confiança de 95%. As margens de erro são de 3% para a amostra dos estudantes, 4% para a de docentes e 6% para gestores. Na matéria publicada por GZH (2023, s/p) conforme a pesquisa,

[...] a formação de professores para a nova estrutura foi considerada inadequada para cerca de 7 a cada 10 professores. Assim, a formação continuada é vista como o principal desafio para a implementação do modelo,

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



de acordo com 74% dos gestores. Na sequência dos desafios para implementação, 67% dos gestores apontaram adequação de infraestrutura, apoio técnico e aquisição e elaboração de material didático. Para 63% dos diretores escolares, a expansão da carga horária é também um desafio, e, para 62%, a oferta das linhas de aprofundamento, que são os itinerários.

Logo, de certa forma, na maioria das escolas, não há um considerar do que é proposto pelos documentos oficiais, prejudicando a formação do estudante, já que a carga horária da FGB foi reduzida e a carga relacionada aos itinerários formativos - responsável pela flexibilização do currículo tornando-o mais atrativo aos estudantes - não acontece, tornando possível analisar contradições presentes nas propostas dos documentos.

Conforme Bittencourt (2019), em relação a BNCC (2018), ela diz que

[...] embora o documento reafirme a busca pelo desenvolvimento humano integral na perspectiva da aquisição de competências, a sintonia com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, esta não constitui a característica principal do seu desenho curricular, já que se trata de um documento curricular que especifica previamente todos os objetos de conhecimento de todas as áreas, em cada grau de ensino, cada qual com seus respectivos objetivos de aprendizagem, denominados de “habilidades” (p. 1773).

Assim, tendo a BNCC (2018), como documento norteador, “a formação dos estudantes continuará bastante fragmentada, centrada ora na busca pela aquisição de um conhecimento, ora no desenvolvimento de uma atitude ou no desempenho de uma habilidade” (Bittencourt, 2019, p. 1774).

Na busca de melhorar a situação do Ensino Médio, recentemente, o governo federal apresentou um projeto de lei ao Congresso Nacional que visa reformar o Ensino Médio no Brasil, segundo informações da Agência Brasil. Algumas das mudanças propostas e serem discutidas, são: a carga horária ampliada, disciplinas obrigatórias, itinerários formativos, educação à distância e em relação a professores não licenciados (Senna, 2024, s/p).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo realizado o qual teve como objetivo *compreender o EM a partir de documentos que orientam, normatizam e estruturam o currículo desta etapa da*



**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**III SIEPEC**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

**V ENTECI**

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA  
E DECOLONIALIDADE:  
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



*Educação Básica, bem como a partir de estudos e pesquisas que tratam do EM, é possível, apresentar algumas considerações, as quais estão apresentadas a seguir.*

A partir dos documentos que são organizadores e norteadores do EM, é possível verificar que essa etapa está voltada para o aprofundamento de conhecimentos, a preparação para o mercado de trabalho, aprimoramento do estudante como pessoa cidadã sendo crítica e reflexiva e também compreensão de estudos científicos-tecnológicos que relacionam teoria e prática. Observa-se, também, que na teoria deveria acontecer esse aprofundamento proposto pelas finalidades dos documentos, mas que na prática, não acontece devido à falta de estrutura e de formação de profissionais para isso.

Teoricamente afirmar que será ofertado diversas possibilidades direcionadas para o mercado de trabalho, exigindo do estudante a escolha de um caminho a ser seguido e a “praticá-lo”, é limitar a percepção e/ou compreensões de outras oportunidades, quando o adequado seria ele estar aberto a todas elas, para constituir-se como sujeito a partir de vivências necessárias num processo de formação e construção integral de um sujeito com o perfil indicado nos documentos. Reduzir a carga horária de disciplinas básicas que compõem o currículo da FBG, que são necessárias para criar competências e habilidades fazendo uso do pensamento crítico e reflexivo, a partir de pensadores, pesquisadores e historiadores é afunilar as possibilidades para atingir esse objetivo.

Portanto, a estrutura atual do EM precisa ser discutida e repensada, de forma que atenda a todos e que sejam ofertadas as mesmas oportunidades de maneira equitativa, para que o estudante consiga a partir disso, intervir na sociedade visando o bem comum.

É possível que a partir de discussões sobre a estrutura e a oferta, formação e valorização de professores e investimentos para infraestrutura das escolas e produção de materiais adequados, mudanças aconteçam possibilitando de fato a formação integral do estudante, por meio do Ensino Médio em Tempo Integral.

### **Referências Bibliográficas**

BITTENCOURT, Jane. EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DA BNCC. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.4, p. 1759-1780 out./dez. 2019 e-ISSN: 1809-3876. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> >





# XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

## V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

### CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024  
Unijuí, campus Ijuí



BRASIL. LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 3/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24.

COIMBRA, Vinicius. Após primeiros meses, Novo Ensino Médio no RS divide opiniões de professores, alunos e especialistas. Grupo RBS, GZH. 12/10/2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/10/apos-primeiros-meses-novo-ensino-medio-no-rs-divide-opinioes-de-professores-alunos-e-especialistas-cl8u6u4z5000k018wocweibd5.html>.

COIMBRA, Vinicius. Quase 15% das escolas estaduais do RS oferecem apenas uma trilha de aprendizagem no Novo Ensino Médio, mostra estudo. Grupo RBS, GZH. Atualizada em 28/06/2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2023/06/quase-15-das-escolas-estaduais-do-rs-oferecem- apenas-uma-trilha-de-aprendizagem-no-novo-ensino-medio-mostra-estudo-cljdji7xl008g0151an6w2qam.html>.

CORRÊA, Shirlei de Souza; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “Novo Ensino Médio: quem conhece aprova!” Aprova? Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 2, p.604-622, abr./jun., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469

FAGUNDES, Adriana Saraiva Gomes. SIQUEIRA, Adriana Oliveira dos Santos. SILVA, José Moisés Nunes da. O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO A PARTIR DA LEI Nº 9.394/1996: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS. Revista Epistemologia e Práxis Educativa - EPeduc, Piauí, v. 06, n. 02, p. xx-xx, 2023, eISSN: 2674-757X DOI: 10.26694/epeduc. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/4678/3815>>

GZH. Alunos e professores estão insatisfeitos com Novo Ensino Médio, aponta Unesco. Índice é de 56% entre estudantes e chega a 76% dos educadores e 66% dos gestores. Grupo RBS. 18/12/2023. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/educacao-basica/noticia/2023/12/alunos-e-professores-estao-insatisfeitos-com-novo-ensino-medio-aponta-unesco-clqb5a9ft0029013lnoa16fq7.html>>

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013-2023). Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 8, e21155, p. 1-23, 2023 Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe>>

SENNA, Ayrton. Instituto Ayrton Senna. NOVO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: O QUE MUDOU E COMO SE PREPARAR. Confira quais foram as mudanças, inovações e impactos do Novo Ensino Médio no ensino brasileiro. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/novo-ensino-medio/>>